

# Extrativismo vegetal na Amazônia

história, ecologia,  
economia e domesticação

...vere  
...sa, jabo  
...lorestais), e:  
...ção para as gusúria,  
...pu  
...xtrativ  
...aspectos,  
...metano... trabalhos resultantes de pesquisa  
...nos 20 anos, que sofreram adaptações, tendo sido publicados nas séries da...  
...Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Análise dos...  
...tração e Sociologia Rural (Sober), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)...  
...zônia e seminários diversos. Apresentamos o artigo que foi conhecido ao longo do tempo por meio dos cursos...  
...tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodebr) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, além...  
...Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), esta, especial do Brasil da Amazônia...  
...ase com relação ao extrativismo vegetal pós-ambiental de Chico Mendes (1946-1988), envolvendo as polít...  
...anizações não governamentais, que o colocam como cerne da discussão para a redução...  
...atamentos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.  
...an desafio promover o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos dispersos em neo...  
...quantidades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pr...  
...ogramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madretiros e não madretiros como concepção traduz a falsa ilusão d...  
...do sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t...  
...endera da taxa de extração nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil...  
...Nesse a diferença do ponto de vista econômico com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não é...  
...odutos extrativos da Amazônia, considerados inexistentes, pe...  
...cidade amazônica famílias...  
...o euzaireiro, o jambu, o guaranazeiro...  
...para garantir a geração de re...  
...garantir a preservação dos estoques re...  
...tropical, que foi a seringueira, efetuada...  
...com a seringueira, a castan...  
...o equivoco...

Alfredo Kingo Oyama Homma  
Editor Técnico



# Extrativismo história, ecologia, economia e domesticação

## Vegetal na Amazônia

...sa, jabo  
lorestais), e  
para as guseira,

pu  
xtrativ  
aspectos.

metânc. trabalhos resultantes de pesq  
nos 20 anos, que sofreram adaptação, tendo sido publicados nas séries da  
Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Anais dos  
Congressos de Sociologia Rural (Sober), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)  
Amazônia e seminários diversos. Apresentamos o texto que foi concebido no longo do tempo por meio de cursos, artigos  
Tecnologia Agropecuária para o Brasil (ProCotab) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará e do  
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em especial do Brasil da Amazônia.  
Assim como a relação ao extrativismo vegetal pós-análise de Chico Mendes (1984; 1983), envolvendo as poli  
tizing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD), dos programas federais de desenvolvimento do governo brasileiro  
organizações não governamentais, que o colocam como cerne de discussão para a redução  
de impactos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.  
Um desafio é promover o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos dispersos em pe  
quenas quantidades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pr  
ogramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madeireiros e não madeireiros como concepção traduz a falsa ilusão d  
de sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t  
depende da taxa de extração: nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil  
idade econômica com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não é

Amazônia  
resistência amazônica  
cuzenro

para garantir a geração de re  
garantir a preservação dos estoques rer  
tropical, que foi a seringueira, efetuado  
com a seringueira, a castani  
o equivoc

Alfredo Kingo Oyama Homma  
Editor Técnico

# Cap. 15

Alfredo Kingo Oyama Homma

## O Dia da Castanha<sup>1</sup>

Em 1952, por sábia decisão do presidente da Associação Comercial do Pará, Antônio Martins, foi instituído o dia 27 de janeiro como sendo o Dia da Castanha, por marcar o início da safra nos castanhais do Estado do Pará. É interessante verificar que o Estado do Amazonas considera o dia 29 de abril como o Dia do Castanheiro. Independente das datas, isso demonstra o reconhecimento da importância que a extração da castanha e o castanheiro tinham para a economia amazônica.

Não era para menos, uma vez que a extração da castanha estava em pleno crescimento, atingindo seu auge na participação da economia amazônica em 1956. Nesse ano, as exportações de castanha-do-pará representaram o máximo de contribuição no valor total das exportações amazônicas, com 71%.

Enquanto a economia da borracha se caracterizou pela realização de uma dúzia de seminários e a criação de entidade oficial, a da castanha só teve dois eventos para discutir os rumos e as políticas desse importante recurso natural. No período de 20 a 25 de fevereiro de 1967 aconteceu a *1ª Conferência Nacional da Castanha-do-pará* (CONFERÊNCIA NACIONAL DA CASTANHA-DO-PARÁ, 1967), organizada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e pela Confederação Nacional de Agricultura, em Belém, que foi aberta pelo então governador Alacid Nunes. Nesse evento as reivindicações do setor estavam relacionadas com a questão dos transportes e a possibilidade do aumento da safra. Um dos trabalhos apresentados nesse evento afirmava que apenas 1 milhão de castanheiras estavam sendo colhidas, mas que existiam 5 a 8 milhões de castanheiras e que esses alimentos estavam sendo perdidos.

O segundo evento foi o *1º Simpósio Nacional da Castanha-do-Brasil* realizado em Belém, organizado pelo então superintendente da Sudam, Dr. Elias Sefer, no período de 12 a 15 de dezembro de 1982. Além da discussão quanto à destruição dos castanhais, que passou a constar da

---

<sup>1</sup> Homma (1999c).

pauta dos problemas, ainda inexistente na dimensão da gravidade do seminário realizado 15 anos antes, procurava estimular o plantio de castanha-do-pará. Uma das razões é que a Embrapa havia conseguido resolver os problemas relativos à germinação e à formação de mudas e, também, havia o atrativo da enxertia, reduzindo o tempo do início da primeira frutificação pela metade, que foi motivo até da emissão de um selo postal. Havia a possibilidade de se utilizar os incentivos fiscais para reflorestamento e com isso transformar o extrativismo em plantio racional.

Os resultados práticos mais importante deste último evento foi a implantação de um grande plantio de 3,5 mil hectares, com 320 mil castanheiras enxertadas, na Estrada Manaus-Itacoatiara, pela Agropecuária Aruanã S.A. A outra foi a Fazenda Bamerindus, no Sudeste Paraense, infelizmente destruída pelos invasores. Afora isso, verifica-se pequenos plantios espontâneos e isolados de produtores.

A legislação nunca deixou de proteger as castanheiras. O Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965), a Portaria 2.570 do IBDF (de 22 de novembro de 1971) e a recente Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 13 de fevereiro de 1998) dão toda a proteção legal para evitar a sua derrubada. As castanheiras, apesar de serem poupadas nas derrubadas, são imoladas ao fogo, morrendo em pé, resultando nos conhecidos cemitérios de castanhais no Sudeste Paraense, a espetar os céus, em agonia.

A grande questão no momento é como salvar as castanheiras restantes ou se é possível. Em primeiro lugar, é preciso entender que a atual situação constitui a conjugação de vários fenômenos. Assim, no dia 7 de junho de 1898, o Coronel Carlos Gomes Leitão fundou o Burgo de Itacaiúnas, que daria origem à cidade de Marabá. Nos últimos 30 anos, verificou-se uma violenta subtração de áreas de castanhais em decorrência de políticas públicas ou de mudanças de alternativas econômicas.

A abertura da antiga PA-70, em 1969, conectando com a Rodovia Belém-Brasília, a Rodovia Transamazônica e as estradas operacionais do Exército em 1972, a PA-150 cortando o coração dos castanhais, a Estrada de Ferro Carajás em 1985 e outras que se seguiram levaram à atração de migrantes, competindo com as áreas dos castanhais. O sentido de luta desses migrantes era a utilização da terra para fins agrícolas e não para a coleta da castanha. Outro aspecto estava relacionado com as grandes transformações da economia desencadeadas com a descoberta das jazidas minerais de Carajás em 1967, com os incentivos fiscais promovendo a expansão da pecuária, os programas de colonização, o auge da Serra Pelada, a extração madeireira, o contínuo ciclo migratório, a criação de dezenas de municípios, entre outros.

Reverter essa tendência exige o isolamento de áreas de castanhais ainda intactos, o controle de fluxos migratórios e de incêndios florestais e a proibição de assentamento em áreas de castanhais e da derrubada de castanheiras para fins madeireiros. São medidas para proteger a integridade física dos castanhais, que exigem a mudança de mentalidade da sociedade. Ao contrário dos açazais, em que a valorização dos frutos tende a levar à conservação pelos próprios extratores, no caso das castanheiras, na visão do posseiro é muito mais lucrativo vender as árvores, plantar culturas anuais e cupuaçu ou transformar em pastos. O tamanho dos lotes não assegura uma lucratividade para garantir a sobrevivência apenas da extração da castanha, além de constituir em atividade de inverno. Esse é o mecanismo indutor da destruição.

Há necessidade de intensificar a agricultura com o uso de mecanização agrícola e adubação para aumentar o tempo de permanência do pequeno produtor no lote, para evitar novas derrubadas. O paradoxo dessa medida é que poderia estimular a vinda de mais posseiros. Os pecuaristas precisam promover a recuperação das pastagens, evitando-se com isso o uso do fogo na limpeza dos pastos. O risco de incêndios florestais, além de danificar os estoques de castanheiras, constitui um perigo para os projetos de reflorestamento. O reflorestamento constitui uma necessidade imediata para atender às guseiras existentes nos estados do Pará e do Maranhão. Medidas de estímulo e incentivo para o plantio de castanheiras, tanto por pequenos produtores ou em projetos de reflorestamento, devem ser efetuadas. Ainda há tempo para reverter essa situação que, com certeza, será cobrada pelas gerações futuras.